



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

(TRADUÇÃO)

INTERPELAÇÃO ORAL

Garantir o emprego dos residentes e aumentar a proporção dos trabalhadores locais nas obras públicas

Segundo os Serviços de Estatística, entre Julho e Setembro de 2022, a taxa de desemprego dos residentes situou-se em 5,2%; a maioria dos desempregados à procura de novo emprego trabalhou na construção civil¹; e no 2.º trimestre deste ano, a população empregada por ramo de construção era de 29 100 pessoas, menos 3000 face ao 1.º trimestre².

Para promover a prioridade dos residentes no acesso ao emprego, a partir de 2020, a “proporção de trabalhadores residentes contratados” passou a ser factor de avaliação nos concursos, incentivando assim os concorrentes a contratá-los³, porém, apesar de tantas obras públicas, só nas obras municipais é que se verifica esta proporção. Os serviços de obras públicas apenas exigem às entidades participantes nos concursos a apresentação da declaração sobre a contratação prioritária de trabalhadores locais, na qual não há indicação duma proporção em concreto, o que dificulta a garantia eficaz do acesso ao emprego dos locais.

¹ Portal do Governo da Região Administrativa Especial de Macau: Inquérito ao emprego referente ao período de Julho a Setembro de 2022, de 28 de Outubro de 2022, <https://www.gov.mo/pt/noticias/638199/>.

² DSEC do Governo da RAEM: Base de dados de séries estatísticas temporais (população empregada, por ramo de actividade económica), <https://www.dsec.gov.mo/ts/#/step2/PredefinedReport/pt-PT/10>.

³ Assembleia Legislativa da Região Administrativa Especial de Macau da República Popular da China: Resposta (da Direcção dos Serviços de Obras Públicas) à interpeção escrita apresentada pelo Deputado à Assembleia Legislativa Lei Leong Wong, <https://www.al.gov.mo/uploads/attachment/2022-10/29945634e74cc1c17e.pdf>



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

(TRADUÇÃO)

É de referir que, quanto à correspondência entre a oferta e a procura de postos de trabalho nos estaleiros de obras, entre Janeiro de 2020 e Agosto de 2022, a DSAL organizou 13 753 entrevistas, 6369 foram concretizadas, e foram contratados 3355 trabalhadores, 752 dos quais para empreitadas de obras públicas³, o que representa uma percentagem muito baixa e resultados que não correspondem às expectativas da sociedade. É de salientar que assegurar a prioridade dos trabalhadores locais no acesso ao emprego, na contratação e na manutenção de emprego é um princípio fundamental da política de Macau que está também expressamente previsto na lei⁴. O Governo, para além de promovê-lo através de *slogans*, deve ainda concretizá-lo através de acções governativas, para proteger eficazmente os legítimos direitos e interesses dos trabalhadores locais.

Assim sendo, apresento as seguintes questões:

1. Segundo a resposta da DSOP à minha interpelação escrita, as grandes obras públicas que estão em curso envolvem mais tipos de trabalho e uma escala maior, logo, não se pode seguir os critérios utilizados nas obras em geral, no entanto, nas obras acompanhadas pelos serviços de obras públicas, os recursos humanos são geridos em estrito cumprimento do princípio de garantir a prioridade de contratação dos trabalhadores locais³. Segundo as informações disponíveis, qual é o ponto de situação dos trabalhadores locais contratados para as grandes obras públicas em curso? No âmbito da promoção da contratação de trabalhadores locais, o IAM incluiu a “proporção de trabalhadores locais contratados” como um dos factores a avaliar nos concursos de obras. Os serviços de obras públicas realizaram algum trabalho eficaz? Vão tomar como referência as obras municipais e estender a referida

⁴ Lei n.º 21/2009 (Lei da contratação de trabalhadores não residentes), artigo 2.º, alínea 5).



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

(TRADUÇÃO)

proporção às obras públicas da sua tutela?

2. A manutenção de emprego, tal como a garantia da prioridade dos locais no acesso ao emprego, é um princípio político importante. Mas, segundo muitos trabalhadores da construção civil, mesmo quando são contratados através de transferência, os contratos, por diferentes motivos, são rescindidos pelo empregador logo no período experimental. O Governo tem conhecimento disto? Quanto às 752 pessoas que foram transferidas pelas autoridades para trabalhar nas obras públicas, registou-se algum despedimento durante o período experimental? De que medidas concretas e eficazes dispõe o Governo para garantir a manutenção de emprego dos residentes?
3. Segundo a DSAL, a formação de recursos humanos no sector da construção civil tem sido uma das tarefas prioritárias, e esta vai continuar a organizar diferentes tipos de formação e cursos de certificação, apoiando os técnicos da construção civil no domínio das novas técnicas de construção³. Porém, os resultados da conjugação entre a oferta e a procura de emprego no sector não são satisfatórios, o que demonstra que as actuais medidas não estão a surtir os efeitos previstos. O Governo já procedeu a alguma revisão da situação? Dispõe de alguma solução concreta e viável?

31 de Outubro de 2022

O Deputado à Assembleia Legislativa da RAEM

Lei Leong Wong